



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>Processo nº</b> | 11543.000590/2010-30                    |
| <b>Recurso nº</b>  | Embargos                                |
| <b>Acórdão nº</b>  | <b>2801-003.804 – 1ª Turma Especial</b> |
| <b>Sessão de</b>   | 05 de novembro de 2014                  |
| <b>Matéria</b>     | IRPF                                    |
| <b>Embargante</b>  | FAZENDA NACIONAL                        |
| <b>Interessado</b> | MARIA CONCEIÇÃO ALMEIDA ROSALEM         |

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2008

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO**

Constatada a existência de contradição no acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos de declaração de forma a sanar o vício apontado.

Não havendo alteração do resultado do julgamento proferido no acórdão embargado, este deve ser re-ratificado.

Embargos Acolhidos sem Efeitos Infringentes

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos, sem efeitos infringentes, para sanar o vício apontado, nos termos do voto do Relator.

*Assinado digitalmente*

Tânia Mara Pachoalin - Presidente.

*Assinado digitalmente*

José Valdemir da Silva - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Tânia Mara Paschoalin, Flávio Araújo Rodrigues Torres, José Valdemir da Silva, Carlos César Quadros Pierre, Marcelo Vasconcelos de Almeida e Marcio Henrique Sales Parada.

**Relatório**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 16/11/2014 por JOSE VALDEMIR DA SILVA, Assinado digitalmente em 16/11/20

14 por TANIA MARA PASCHOALIN, Assinado digitalmente em 16/11/2014 por JOSE VALDEMIR DA SILVA

Impresso em 17/11/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

- Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional contra o Acórdão nº 2801-003.458 (fls.56/59-numeração digital) que deu provimento em parte ao recurso da contribuinte para cancelar a multa de ofício.

- Aduz a Embargante que o acórdão embargado incide em contradição, pois, de acordo com a ementa, o Recurso Voluntário da Contribuinte foi provido, conquanto a conclusão do julgado e a conclusão do voto-condutor são no sentido de que o Recurso Voluntário foi provido em parte.

- Diante do exposto, a União (Fazenda Nacional) requer sejam conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração a fim de serem sanadas as contradições.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro José Valdemir da Silva, Relator

Os embargos são tempestivos e atendem às demais condições de admissibilidade, portanto merecem ser conhecidos.

Assiste razão à Embargante.

Conforme consta do resumo do Acórdão nº 2801-003.458 e seu dispositivo (fls. 56 e 59), o recurso voluntário da contribuinte foi provido parcialmente para cancelar a multa de ofício aplicada pela Fiscalização. Nada obstante, constou da ementa do acórdão que o recurso foi provido integralmente.

Nesse contexto, acolho os embargos para retificar a ementa do acórdão nº 2801-003.458 que passa a conter a seguinte redação:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
IRPF*

*Exercício: 2008*

*OMISSÃO DE RENDIMENTOS. CONFRONTO DE INFORMAÇÕES.*

*É legítimo o lançamento baseado em omissão de rendimentos apurada pelo confronto das informações prestadas pela fonte pagadora com os rendimentos tributáveis declarados pelo contribuinte.*

*MOLÉSTIA GRAVE. ISENÇÃO. LAUDO PERICIAL.  
REQUISITO LEGAL.*

*É imprescindível para o reconhecimento de direito à isenção por moléstia grave a sua comprovação mediante laudo pericial*

---

*emitido por serviço médico oficial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.*

*Recurso Voluntário Provido em Parte*

Ante o exposto, voto por acolher os embargos, sem efeitos infringentes, para sanar o vício apontado.

*Assinado digitalmente*

José Valdemir da Silva